

# SUMÁRIO

## TÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO TRABALHO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO E BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FUNÇÃO E DA CARREIRA DO PROCURADOR DO TRABALHO.....</b>	<b>19</b>
1. O Ministério Público do Trabalho e o advento da CLT .....	22
1.1. O ingresso da Justiça do Trabalho no Poder Judiciário Federal e as consequências geradas para o MPT .....	23
2. Fundamento constitucional do Ministério Público do Trabalho .....	25
3. Leis de regência do MPT .....	28
3.1. Ingresso, Carreira e Promoções .....	30
3.2. Algumas considerações de ordem geral sobre as atribuições e formas de atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho.....	33
4. Princípios institucionais .....	35
4.1. Unidade.....	35
4.2. Indivisibilidade.....	37
4.3. Independência funcional.....	37
5. Vedações, garantias e prerrogativas.....	39
5.1. Diferenças entre garantias e prerrogativas.....	39
5.2. As garantias do Ministério Público do Trabalho .....	40
5.2.1. Vitaliciedade.....	41
5.2.2. Inamovibilidade.....	43
5.2.3. Irredutibilidade de subsídios.....	44
5.3. Prerrogativas do cargo .....	45
5.4. As vedações.....	47
5.4.1. Exercício da advocacia .....	48
5.4.2. Exercício de outra função pública, salvo uma de magistério.....	50

5.4.3.	Exercício de atividade político-partidária .....	54
5.4.4.	Outras vedações.....	55
6.	Unidades de lotação e de administração do MPT .....	58
6.1.	A Procuradoria-Geral do Trabalho .....	60
6.2.	Procuradorias Regionais do Trabalho .....	61
6.3.	Procuradorias do Trabalho em Municípios.....	62
7.	Os órgãos do Ministério Público do Trabalho.....	64
7.1.	O Procurador-Geral do Trabalho .....	64
7.2.	O Conselho Superior do MPT .....	66
7.3.	A Câmara de Coordenação e Revisão .....	69
7.4.	Corregedoria-Geral do MPT .....	71
7.5.	O Colégio de Procuradores .....	75
8.	Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho .....	76
9.	O papel das coordenadorias nacionais .....	78
9.1.	CONATPA – Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário .....	80
9.2.	CONAETE – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.....	81
9.3.	CONAP – Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública .....	83
9.4.	CONAFRET – Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho.....	85
9.5.	COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.....	86
9.6.	CODEMAT – Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho .....	88
9.7.	COORDIGUALDADE – Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho.....	90
9.8.	CONALIS – Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical .....	92
10.	Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ).....	94
10.1.	Composição e atribuição dos componentes.....	94
11.	Fluxogramas .....	95
11.1.	Fluxograma das unidades de lotação e de administração do Ministério Público do Trabalho .....	95
11.2.	Fluxograma da carreira no Ministério Público do Trabalho .....	96
12.	Passo a passo sobre a reconstrução histórica da função e da carreira do Procurador do Trabalho.....	97
13.	Questões de concursos .....	99

**TÍTULO II – INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MPT**

<b>CAPÍTULO 1 – O INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO .....</b>	<b>107</b>
1. Origem legal e constitucional do inquérito civil .....	107
1.1. A denúncia anônima enquanto peça informativa.....	109
1.2. Princípios concernentes ao inquérito civil.....	110
2. Investigação (procedimento) administrativa prévia .....	113
3. Legitimidade para instauração.....	114
4. Conceito de inquérito civil .....	115
5. Natureza jurídica.....	116
6. Fases do inquérito civil e os poderes de investigação.....	117
6.1. Inoponibilidade do sigilo das informações. Um poder de instrução do inquérito frequentemente questionado .....	122
7. Valoração das provas em juízo .....	125
8. A finalidade do inquérito civil e o papel do advogado .....	126
9. Controle de legalidade do inquérito civil.....	128
10. Vias de extinção do inquérito civil.....	129
10.1. Arquivamento por falta de provas de ilicitude – envio para homologação na CCR .....	129
10.2. Ajuizamento de ação civil pública.....	131
10.3. Termo de compromisso de ajustamento de conduta.....	132
11. Possibilidade de recurso e de contrarrazões no âmbito do inquérito civil.....	132
12. Controle administrativo da atuação do membro do MPT no inquérito civil.....	133
13. Fluxograma .....	135
14. Passo a passo do inquérito civil para o Procurador do Trabalho .....	136
15. Modelos de peças (apreciação prévia e de promoção de arquivamento para a CCR).....	137
15.1. Modelo de apreciação prévia.....	137
15.2. Modelo de promoção de arquivamento para a Câmara de Coordenação e Revisão .....	138
16. Questões de Concursos.....	141
<b>CAPÍTULO 2 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA .....</b>	<b>143</b>
1. Origem legal e no processo do trabalho .....	143
2. Princípios informadores .....	144
2.1. Princípio do acesso à Justiça .....	144

2.2.	Princípio da proporcionalidade (quanto aos prazos e condições de ajuste).....	146
2.3.	Princípio da tutela preventiva .....	146
2.4.	Princípio da tutela específica .....	147
2.5.	Princípio da solução negociada da norma .....	148
3.	Legitimação .....	149
4.	Conceito.....	151
5.	Natureza jurídica.....	151
6.	Distinções entre astreinte, multa e cláusula penal .....	153
6.1.	A destinação dos valores do TAC .....	155
7.	Eficácia imediata do título executivo extrajudicial e casos de termos suspensivos ....	157
8.	Os compromissos de âmbito nacional e/ou suprarregional e a “precatória de acompanhamento de TAC” (art. 14, § 2º da Resolução CSMPT 69/2007) .....	158
9.	A modificação, a anulação e o aditamento do TAC.....	159
10.	Modelos de Termos de compromisso.....	161
10.1.	Meio Ambiente do Trabalho .....	161
10.2.	Combate à Discriminação nas Relações de Trabalho.....	163
10.3.	Combate ao Assédio Moral .....	165
11.	Questões de concursos .....	167
<b>CAPÍTULO 3 - NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA .....</b>		<b>169</b>
1.	Conceito.....	169
2.	Fundamento constitucional e infraconstitucional.....	170
3.	Características .....	171
3.1.	A notificação recomendatória pode ser expedida como um ato isolado ou precisa estar inserida em um procedimento investigativo? .....	173
3.2.	Existe medida judicial contra a expedição de recomendação?.....	175
4.	Casuística na seara trabalhista .....	177
5.	Modelo de notificação recomendatória .....	178
6.	Questões de concursos .....	179
<b>CAPÍTULO 4 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....</b>		<b>181</b>
1.	Conceito e características.....	181
2.	Fundamento constitucional e infraconstitucional.....	183
3.	Princípios informadores da audiência pública.....	187
4.	Procedimento.....	188
5.	Fluxograma da audiência pública .....	192
6.	Questão de concurso.....	193

<b>CAPÍTULO 5 – MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM .....</b>	<b>195</b>
1. Introdução.....	195
2. Fundamento constitucional e infraconstitucional da mediação e da arbitragem pelo MPT.....	196
3. Distinções entre mediação e arbitragem .....	198
4. O papel do Procurador do Trabalho como mediador.....	200
4.1. Princípios regentes do procedimento de mediação .....	201
4.2. Objeto .....	204
4.3. Procedimento.....	205
5. A arbitragem no âmbito do Ministério Público do Trabalho.....	206
5.1. Princípios regentes do procedimento arbitral.....	207
5.2. Objeto .....	211
5.3. Procedimento.....	213
5.4. A execução da sentença arbitral.....	215
6. Fluxograma da mediação no âmbito do MPT.....	217
7. Fluxograma da Arbitragem no MPT.....	218
8. Questões de Concursos.....	219

### **TÍTULO III – ATUAÇÃO JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

<b>CAPÍTULO 1 – ÓRGÃO INTERVENIENTE EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....</b>	<b>223</b>
1. Marco interpretativo.....	223
2. O que é intervir no processo? .....	224
2.1. Prerrogativas na atuação interventiva .....	225
2.2. Formas de intervenção.....	226
3. Critérios para intervenção do MPT no processo. A natureza da lide e a qualidade da parte.....	227
4. Modalidades de intervenção .....	228
4.1. Intervenção obrigatória.....	228
4.1.1. Intervenção obrigatória apenas a partir do segundo grau de jurisdição .....	233
4.2. Intervenção facultativa e a noção de interesse público .....	234
5. Legitimidade do MPT para recorrer nos casos de atuação interventiva. A posição do TST .....	240
6. Consequência da ausência de intervenção obrigatória do MPT .....	243

7. Modelos de parecer, recurso ordinário, embargos de declaração e de recurso de revista .....	246
7.1. Modelo de parecer exarado em primeiro grau de jurisdição (intervenção obrigatória) .....	246
7.2. Modelo de recurso ordinário interposto como órgão interveniente .....	252
7.3. Modelo de embargos de declaração interposto como órgão interveniente...	255
7.4. Modelo de recurso de revista interposto como órgão interveniente.....	256
8. Questões de concurso .....	259

**CAPÍTULO 2 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO CURADOR NO PROCESSO.....261**

1. Histórico.....	261
2. A curatela no Processo Trabalhista .....	264
3. A curatela do Menor Incapaz no Processo do Trabalho .....	268
4. Fluxograma da atuação do Ministério Público do Trabalho como curador no processo .....	271
5. Questões de concursos .....	271

**CAPÍTULO 3 – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO ÓRGÃO AGENTE .....273**

1. Ação civil pública.....	273
1.1. Introdução ao Ministério Público em ação civil pública.....	274
1.2. Fundamento constitucional e infraconstitucional da ação civil pública em relação ao Ministério Público do Trabalho .....	275
1.3. Interesses jurídicos tuteláveis .....	276
1.4. Indenização por dano moral coletivo. Generalidades.....	283
1.4.1. Evolução da responsabilidade civil.....	284
1.4.2. Caracterização e conceito de dano moral coletivo.....	285
1.4.2.1. Existência de duas ordens de fatores .....	286
1.4.2.2. Elementos que caracterizam o dano moral coletivo .....	286
1.4.3. Base constitucional e infraconstitucional da indenização por dano moral coletivo.....	287
1.4.4. Hipóteses de incidência .....	288
1.4.5. Aspectos fundamentais da reparação. Natureza predominantemente sancionatória e formas de reparação .....	289

## SUMÁRIO

1.5.	Competência para propositura da ação civil pública .....	290
1.5.1.	Competência material .....	291
1.5.2.	Competência funcional/territorial .....	291
1.6.	Condições da ação .....	295
1.6.1.	Legitimidade para agir .....	296
1.6.2.	Interesse processual .....	297
1.7.	MPT como fiscal da ordem jurídica (art. 5º, § 1º da LACP).....	299
1.8.	Rito processual.....	300
1.9.	Litisconsórcio (cumulação subjetiva).....	302
1.9.1.	O litisconsórcio no processo coletivo .....	304
1.9.2.	O litisconsórcio entre ramos do Ministério Público .....	305
1.10.	Possibilidade de acordo em ação civil pública.....	306
1.11.	Sentença .....	307
1.12.	Litispêndência e Coisa julgada (art. 16 LACP, arts. 103 e 104 do CDC) .....	308
1.12.1.	Litispêndência entre ações coletivas e individuais e entre ações coletivas.....	308
1.12.2.	A coisa julgada na tutela jurisdicional coletiva.....	311
1.13.	Recursos .....	314
1.14.	Execução .....	316
1.15.	Prescrição .....	317
1.16.	Controle de constitucionalidade difuso em ação civil pública.....	317
1.17.	Fluxograma da ação civil pública.....	319
1.18.	Passo a passo da ação civil pública para o Procurador do Trabalho.....	320
1.19.	Modelo de ação civil pública.....	321
1.20.	Questões de concursos.....	337
2.	Ação civil coletiva.....	341
2.1.	Ação civil coletiva ou ação civil pública? .....	341
2.2.	Generalidades .....	341
2.2.1.	Influência da <i>class actions for damages</i> .....	342
2.2.2.	Objetivo da ação civil coletiva .....	344
2.3.	Fundamento constitucional e infraconstitucional .....	345
2.4.	Interesses jurídicos tuteláveis .....	346
2.5.	Legitimidade para agir .....	347
2.5.1.	Legitimação ativa. Hipótese de substituição processual.....	347
2.5.2.	Legitimação passiva .....	348

2.6.	Interesse processual .....	348
2.7.	Rito procedimental .....	350
2.8.	Sentença. Condenação de caráter genérico (art. 95 do CDC) .....	351
2.9.	Litispendência e coisa julgada .....	352
2.10.	Recursos .....	353
2.11.	Liquidação e execução .....	354
2.12.	Prescrição .....	357
2.13.	Fluxograma da ação civil coletiva .....	359
2.14.	Modelo de ação civil coletiva (cobrança coletiva de verbas rescisórias, fundiárias, previdenciárias e anotação da CTPS dos empregados) .....	360
2.15.	Questões de concursos .....	366
3.	Ação anulatória das cláusulas de convenções e acordos coletivos .....	368
3.1.	Fundamento Constitucional e infraconstitucional .....	368
3.2.	Natureza jurídica .....	369
3.3.	Legitimidade .....	372
3.4.	Hipóteses em que as convenções e acordos coletivos podem ser anulados (exemplificativo) .....	374
3.4.1.	Aspectos formais que autorizam a anulação de normas coletivas .....	374
3.4.2.	Aspectos materiais que autorizam a anulação de normas coletivas .....	375
3.5.	Competência .....	381
3.5.1.	Competência material .....	381
3.5.2.	Competência hierárquica ou funcional .....	382
3.6.	Procedimento da ação anulatória .....	384
3.7.	Limites da anulação das cláusulas .....	385
3.8.	Fluxograma de ação anulatória .....	387
3.9.	Modelo de ação anulatória (cláusula que restringia o valor da multa do FGTS para 20%) .....	388
3.10.	Questões de concursos .....	392
4.	Atuação judicial em dissídios coletivos .....	394
4.1.	Introdução sobre o dissídio coletivo .....	394
4.2.	Atuação como órgão interveniente .....	400
4.2.1.	Prerrogativas .....	403
4.2.2.	Legitimidade recursal .....	403
4.3.	Atuação como órgão agente .....	408
4.3.1.	Dissídio de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão a interesse público. A jurisprudência do TST em torno da matéria .....	408



## SUMÁRIO

4.4. Implicações extrajudiciais do dissídio coletivo para o procedimento de mediação no âmbito do MPT .....	411
4.5. Fluxogramas .....	413
4.5.1. Dissídio coletivo econômico .....	413
4.5.2. Dissídio coletivo de interpretação (jurídico) .....	414
4.5.3. Dissídio coletivo de greve em atividade essencial (quando suscitado pelo MPT).....	415
4.6. Modelos de parecer em dissídio coletivo de greve e em dissídio coletivo econômico .....	415
4.6.1. Parecer em dissídio coletivo de greve em atividade não essencial.....	415
4.6.2. Parecer em dissídio coletivo econômico ou de interesse.....	419
4.7. Questões de concursos.....	423
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>427</b>